

Produtividade na mira

Para crescer mais e de forma sustentada, Brasil deve perseverar em reformas que promovam empresas mais competitivas e trabalhadores com competências para se adaptar às mudanças provocadas pelas tecnologias digitais

Solange Monteiro, Rio de Janeiro

Períodos recessivos são particularmente marcantes no termômetro da produtividade. Na indústria de transformação brasileira, o primeiro movimento observado na última recessão foi de uma queda da produtividade do trabalho abaixo de zero (-0,7% em 2014, nos cálculos da Confederação Nacional da Indústria, CNI), resultante principalmente da iniciativa de se poupar empregos frente às incertezas sobre a duração da crise e da retração da demanda. Quando os sinais negativos demonstraram ser persistentes, as demissões passaram a acontecer, unidades fabris menos competitivas fecharam suas portas, e as sobreviventes estudaram formas de fazer mais com menos. Com isso, a produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira, medida por horas trabalhadas, retomou o fôlego em 2016, crescendo 1,7%, no nível de economias desenvolvidas como Reino Unido e França. “O grande desafio é manter esse ganho de eficiência no longo prazo”, diz Renato da Fonseca, gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, lembrando que, quando se olha o acumulado numa década, a fotografia não é positiva. No período de 2006 a 2016, o ganho de produtividade dessa indústria brasileira foi o menor entre seus principais parceiros comerciais: 5,5%, contra 44% da Coreia do Sul, 16,2% dos Estados Unidos e 11,2% da Argentina.

Ao afastar o olhar para observar a totalidade da economia brasilei-

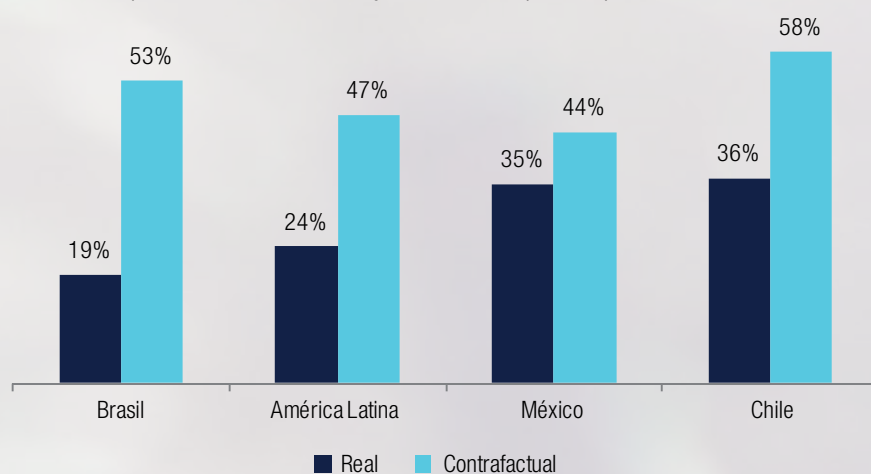
ra, o panorama se repete. Frente à necessidade de se retomar o crescimento diante de um cenário fiscal crítico, a busca por ganhos de produtividade passou a ganhar a agenda pública e abrir caminho a reformas para simplificar o ambiente de negócios, reduzir a ineficiência na alocação de recursos e ampliar a competitividade da economia. No caso do Brasil, entretanto, emplacar essas mudanças não é garantia de efeitos duradouros para a produtividade, devido ao acúmulo de políticas que alimentam baixa concorrência e muita proteção e tornam o problema sistêmico. Para não se esgotar em si mesma, cada reforma precisa alimentar a engrenagem de mais reformas e, ao mesmo tempo, combater a entrada de novas pedras que emperrem sua capacidade de induzir o aumento de produtividade. Em entrevista para a *Conjuntura*

Econômica (ver pág. 12) Fernando Veloso, pesquisador da Economia Aplicada da FGV IBRE, demonstra que até agora não conseguimos acionar essa engrenagem de forma bem-sucedida. “O resultado é que a produtividade do trabalho no Brasil em relação à dos Estados Unidos está estagnada; se assemelha à registrada em 1950, em torno de 25%, enquanto outros países emergentes evoluem na direção dos níveis americanos”, compara.

Há pelo menos dois anos a produtividade tem sido tema central de pesquisa da FGV IBRE, capitaneada pelo economista Regis Bonelli (falecido em dezembro). Em janeiro do ano passado, o pesquisador alertava que, se o crescimento da PTF (medida de eficiência do uso do trabalho, capital e outros insumos) brasileira se mantivesse no nível de 0,5%, que foi a média registrada

Ganhos ao se equiparar a produtividade à dos EUA

(percentual em relação a renda per capita dos EUA)



Fonte: Caselli(2016) e cálculos da equipe do Banco Mundial.

de 1990 a 2016, e o investimento permanecesse em torno de 17%, a expansão do PIB sequer alcançaria 2%. A parte boa desse diagnóstico ruim é o potencial que o Brasil tem a explorar se conseguir acertar o alvo. Exercício realizado pelo economista Bráulio Borges, pesquisador associado da FGV IBRE, demonstra, por exemplo, que se a alíquota média de importação brasileira convergisse para a norte-americana, o PIB brasileiro poderia ser 11% maior. “E, se tivéssemos o padrão norte-americano na oferta de infraestrutura de telecom, energia, logística e saneamento, nossa PTF seria 93,2% maior”, diz. No relatório “Emprego e crescimento: a agenda da produtividade”, lançado no início de março pelo Banco Mundial na FGV Rio, o banco também destaca esse potencial indicando que, se o país conseguisse alcançar os níveis de produtividade dos Estados Unidos, poderia triplicar sua renda *per capita*, chegando a 53% da renda verificada nos EUA, contra os atuais 19%.

Para o Banco Mundial, um compromisso de maior abertura comercial ajudaria o Brasil a perseverar na agenda de reformas para arrumar o setor doméstico e ampliar a produtividade

Desde o ano passado, mudanças não faltaram para encaminhar o país nessa direção, que vão da reforma trabalhista, que pode facilitar a formalização do trabalho e reduzir o custo das empresas, a uma agenda de reformas microeconômicas com itens como a duplicata eletrônica e o aperfeiçoamento do cadastro positivo; e outras institucionais, como a reforma das agências

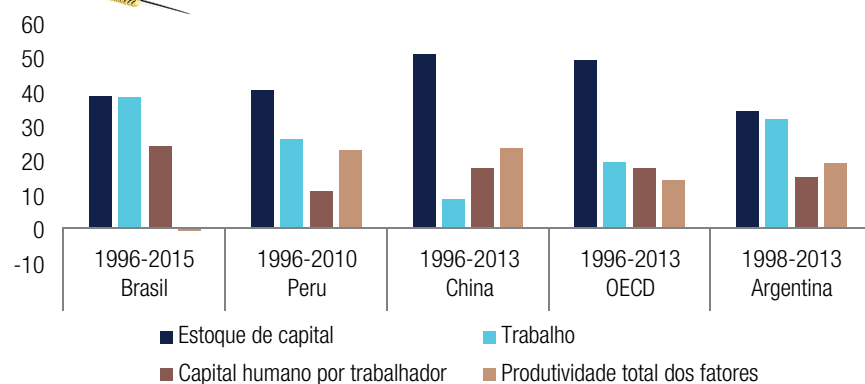
reguladoras, que deverão impactar na eficiência dos negócios. “Para mim, a reforma de maior impacto no longo prazo é a substituição da TJLP pela TLP, que reduz o subsídio embutido nas taxas de juros do BNDES. Reduzir subsídio é reduzir distorções, e tenho certeza que essa mudança se refletirá na produtividade”, afirma Roberto Ellery, economista professor da Universidade de Brasília (UnB).

Mas como fazer para que, desta vez, o país consiga proteger a agenda de reformas de novas distorções e destrave a produtividade? Para Mark Dutz, a maneira de garantir mais concorrência é através de uma maior abertura comercial. “Considero que esse compromisso ajudaria a manter o foco na realização de reformas, dentro de um prazo adequado”, diz (ver pág. 34).

Além de uma reforma da política comercial brasileira – que, na visão do banco, deveria ser coordenada a partir do Mercosul – a lista de recomendações inclui a extensão da agenda de reformas microeconômicas para ampliar a concorrência doméstica. No âmbito financeiro, sugere a ampliação dos princípios da TLP para outros produtos de crédito direcionado, como o agrícola e o imobiliário. E, dentro das reformas institucionais, defende um esforço governamental para reduzir a fragmentação de políticas entre órgãos com mandatos sobrepostos, aprimorar o sistema de avaliação de programas e adotar a produtividade como objetivo central. “Essa liderança política seria o primeiro passo para o país organizar sua institucionalidade e encontrar a melhor forma de administrar essa agenda”, diz.

A contribuição da PTF para o crescimento ficou bem abaixo dos países em rápido crescimento (entre 1996 e 2013)

(Contribuição para o crescimento, %)



Fonte: IBGE, WDI, cálculo da equipe do Banco Mundial.

Brasil na lanterna quanto a custo competitivo para se fazer negócio

posição no ranking Doing Business 2018



Fonte: DB 2018

Oferta qualificada

Dentro dessa agenda da produtividade, os pesquisadores são unânimes no diagnóstico de que um salto efetivo na produtividade brasileira também depende de que um ambiente de empresas mais competitivas seja acompanhado de melhorias no lado da qualificação da mão de obra. Em outro relatório recém-lançado, “Competências e empregos: uma agenda para a juventude”, o Banco Mundial alerta para a urgência de ações no campo da qualificação, principalmente voltadas a jovens de 15 a 29 anos. São eles que cada vez mais determinarão a produtividade do trabalho brasileira, resalta o documento, na medida em que a taxa de dependência – proporção de crianças e idosos em relação à população em idade ativa – passe a acelerar, o que deverá ocorrer em breve, a partir de 2020. E, para fazer frente a essa tarefa, esses jovens terão que se adaptar a um quadro de rápidas mudanças também no mercado de trabalho, devido ao aumento da adoção de tecnologias digitais, como a robotização de tarefas. Isso

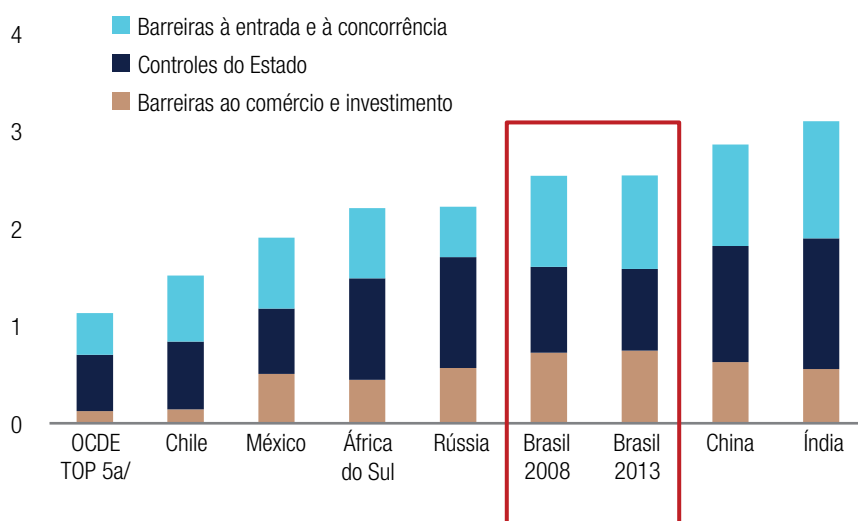
implica menor demanda por atividades manuais e rotineiras, que dão lugar a funções que exigem competências cognitivas e analíticas de mais alto nível, bem como habilidades socioemocionais.

Rita Almeida, economista do Banco Mundial, lembra que em todo o mundo jovens nessa faixa etária são geralmente os mais castigados pelo desemprego, e os mais propensos à entrada em atividades

informais. No Brasil, de acordo à Pnad Contínua, o desemprego entre jovens de 14 a 29 anos foi de 21,9% no último trimestre de 2017, contra 11,8% no agregado, e a taxa de informalidade (trabalhadores sem carteira ou por conta própria) chegou a 44% no mesmo período, contra 37% no total da população.

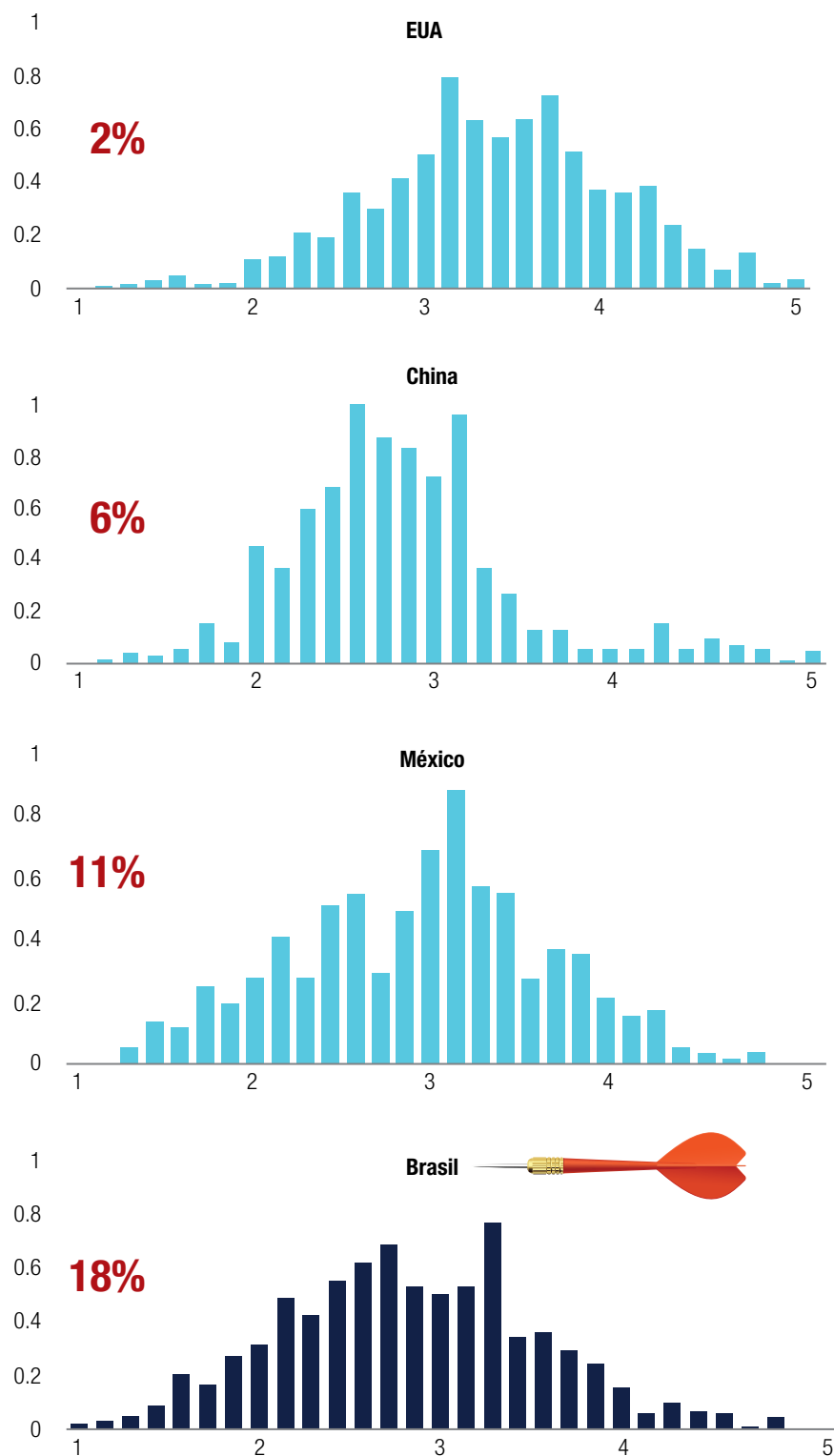
E esse contexto ainda é agravado por problemas no lado da educação, refletidos tanto no resultado

Grandes barreiras à concorrência externa



Fonte: Base de dados ProductMarket Regulation2013, Banco Mundial e OCDE.

A dispersão da qualidade da gestão no Brasil oferece oportunidades de aumento da produtividade



Fonte: Banco Mundial.

do Pisa quanto no descasamento entre idade-série dos estudantes, fator de desestímulo que em geral abre caminho para a evasão escolar no ensino médio. “No país, apenas 38% dos jovens ingressam no ensino médio na idade correta, e somente 43% da população com 25 anos ou mais o concluíram, um nível muito abaixo da média da OCDE, de 65%, ou dos EUA, de 88%”, destaca a economista.

No Banco Mundial, os dados de emprego informal e atraso na aprendizagem, somados ao percentual de jovens classificados como “nem-nem” – que não trabalham nem estudam –, são a base para o cálculo de um índice que revela o desengajamento dos jovens quanto ao universo de competências e emprego. “É um indicador relevante, pois inclui formas mais tênues que o desemprego, mas não menos importantes, para refletir a falta de envolvimento da população de 15 a 29 anos no universo do trabalho” explica Rita. No caso do Brasil, em 2015, o índice apontava que 52% desse grupo viviam em alguma condição de desengajamento. As políticas sugeridas pelo Banco Mundial para reverter esse quadro são mais amplas que a natural melhora na qualidade do ensino, envolvendo desde medidas de controle da gravidez juvenil à comunicação com a sociedade sobre os ganhos de se perseverar na escola. No caso deste último item, Rita reconhece que o adicional de remuneração promovido pelo ensino superior no Brasil tem caído – cerca de 30% entre 2004 e 2015, de acordo ao relatório. “Mas o fato é que esse retorno ainda é alto. No Brasil, ter grau

universitário representa em média uma remuneração 125% maior que a de quem completa o ensino médio”, diz, contra cerca de 80% no México e 50% na Argentina. Outro item citado no estudo, não menos importante, são as distorções presentes do lado da demanda, com a concentração de mão de obra em funções pouco qualificadas, reforçando o diagnóstico de que a agenda de competitividade das empresas e de formação de mão de obra são complementares.

Mais flexível

Para especialistas consultados pela *Conjuntura*, a reforma do ensino médio sancionada em fevereiro do ano passado vai ao encontro desses desafios no campo da educação, ao prever maior flexibilização de oferta de conteúdo, medidas para mitigar a repetência que leva à evasão (dividindo as disciplinas em módulos ou créditos nas quais o desempenho do aluno não con-

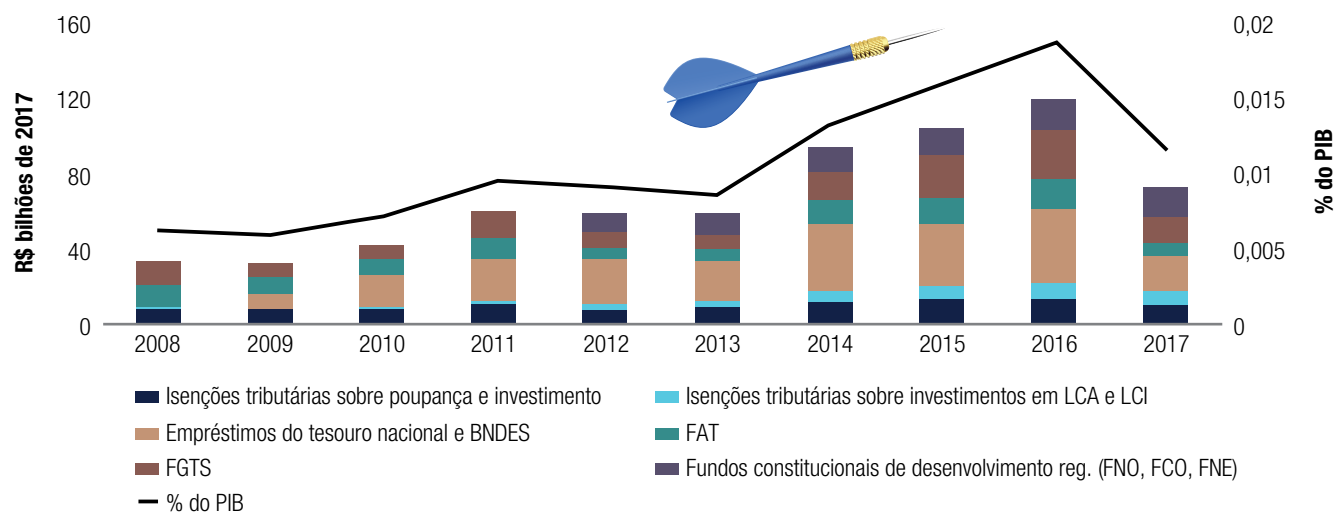
No Brasil, apenas 38% dos jovens ingressam no ensino médio na idade correta, e somente 43% da população com 25 anos consegue concluí-lo, contra uma média de 65% na OCDE

diciona todo o ano letivo), e uma grade curricular que inclui conhecimentos vinculados à formação técnica profissional. “Essa mudança é fundamental. Hoje provemos o aluno de uma formação enciclopédica que só serve para o Enem. Mas os que chegam à universidade são cerca de 20%, enquanto a maioria segue direto para o merca-

do de trabalho pouco preparada”, diz Renato Fonseca, da CNI.

José Henrique Paim, professor da FGV Ebape, consultor em educação para o BID, corrobora esse diagnóstico. “A Pnad indica que, entre os jovens de 15 a 29 anos, temos em torno de 14 milhões de pessoas que concluíram o ensino médio mas não foram nem para a universidade, nem fizeram a educação profissional. Isso demonstra que, em nossa formação, um dos grandes gargalos é realmente a questão do ensino técnico”, afirma. “Se formos comparar, na Alemanha quase 50% dos estudantes do ensino médio vão para o ensino vocacionado; na Itália, são mais de 60%. No Brasil, de acordo ao último Censo, chegamos a 21%. O grande desafio é, a partir da formação técnica profissional, bem como das outras ênfases que o aluno pode escolher – matemática, língua portuguesa, ciências humanas e sociais – tornar esse ensino mais atraente”, diz.

Custo fiscal do crédito direcionado



Fonte: BNDES, Tesouro Nacional. Nota: Valores em MM de reais, ano base 2015.

Gestão x isenção

Da mesma forma que o desenvolvimento de competências de trabalhadores tem atraído iniciativas focadas no aumento da produtividade, a capacitação de empreendedores também tem sido alvo de programas para ampliar a eficiência da economia. “O problema do empresário brasileiro, em grande parte dos casos, é que ele resiste em perceber falhas na gestão da sua empresa. É como falar de problemas de saúde: achamos que são coisas que só acontecem com os outros”, descreve Renato da Fonseca, gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria. Um dos exemplos desse potencial de aprimoramento são os primeiros resultados do Programa Brasil + Produtivo, iniciativa que ampliou uma ação de consultoria da CNI para médias empresas chamado Indústria+Produtiva, que em 2015 prestou apoio a 18 empresas. Entre maio de 2016 e o final de 2017, o Brasil + Produtivo mobilizou 950 consultores que prestaram assessoria a 3 mil empresas com 10 a 200 funcionários dos setores moveleiro, metalmeccânico, têxtil e confecção, calçadista e de alimentos e bebidas. “Faltando apenas 20 empresas para concluir os relatórios, chegamos a um ganho médio de 52% na produtividade do trabalho. Nossa meta inicial era de 20%”, compara Marcelo Prim, gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Senai, a cargo do programa.

Segundo Prim, as principais causas da baixa produtividade das empresas assessoradas estão relacionadas à ausência de metodologia de gestão de produção e de planejamento de ações. “As intervenções não são caras, não implicam investimento em capital. Esse resultado mostra que nos falta valorizar sistemas menos sofisticados de gestão, posto que uma iniciativa como esta, de impacto comprovado, ainda não ganhou a dimensão compatível a seu potencial”, diz. A intervenção nas empresas dura 120 horas e custa R\$ 18 mil, dos quais R\$ 13 mil são subvencionados pelo governo federal e os outros R\$ 5 mil bancados pela empresa. “Com esse retorno em produtividade que conquistamos, o investimento do empresário se pagou em 23 dias, antes mesmo de a consultoria acabar”, compara Prim. O executivo do Senai espera que o programa ganhe mais fôlego em sua próxima versão e atinja um número maior de empresas. “Com um investimento de menos de R\$ 50 milhões, conseguimos resultados mais efetivos que muitas políticas de isenção fiscal. Isso é a prova de que há muito a fazer pela produtividade brasileira”, conclui.

Paim, que é um dos organizadores do livro *Os desafios do ensino médio*, lançado no início de março pela FGV Editora, pondera, entretanto, que para a reforma se transformar em um instrumento ativo a favor da produtividade, ainda há

um longo caminho a percorrer, provavelmente mais extenso do que os cinco anos que a lei prevê para implementação do novo modelo de ensino médio. Primeiro, é preciso assentar o terreno com a aprovação da base nacional co-

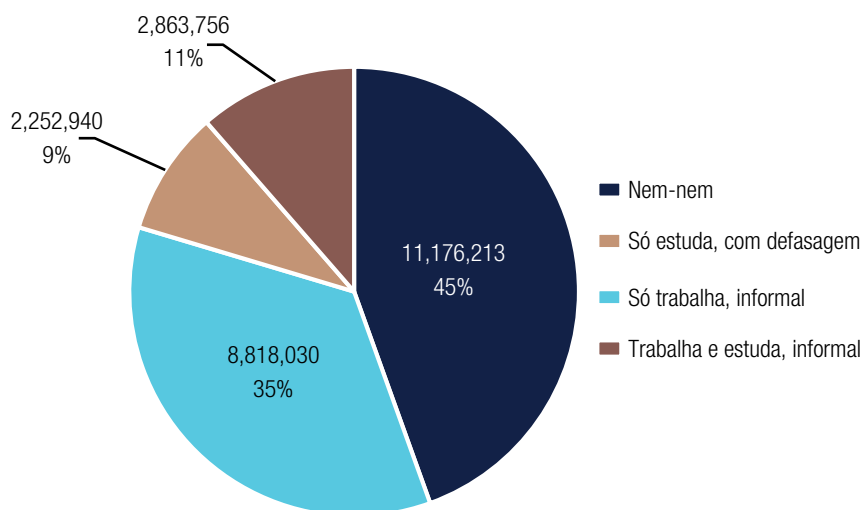
mum curricular, que determinará qual conteúdo mínimo para cada ano de ensino. Logo, organizar um plano de formação continuada dos professores. “Nossa educação ainda é voltada para conteúdo, não envolve tanto pensamento crítico, muito menos professores aptos a ensinar conteúdos direcionados. Precisamos promover uma formação continuada para preparar professores e gestores para essa nova cultura de trabalhar com educação aplicada”, diz.

Além disso, ainda é preciso cuidar da estrutura física das escolas, que demandarão laboratórios especializados, e identificar como a oferta de diferentes ênfases de ensino acontecerá em municípios com poucas instituições. Em capítulo do livro de Paim, Ricardo Henriques, superintendente executivo do Instituto Unibanco, aponta que 53% dos municípios brasileiros possuem apenas uma escola de ensino médio. “Tenho receio que em determinadas cidades se opte apenas pela oferta do ensino técnico, voltado a interesses locais e imediatistas, sem projetar demandas futuras”, diz Naércio Menezes Filho, professor do Insper, defendendo que o avanço dessa reforma seja acompanhado por comissões independentes que colaborem para garantir um modelo que não promova a desigualdade.

Afinal, lembram especialistas, o objetivo é de que a reforma dê ao jovem o poder de se espelhar em um ofício e escolher seu futuro. Quando essa motivação acontece, lembra Carlos Henrique Corseuil, economista do Ipea, a busca por mais qualificação é quase certa. Corseuil toma como base sua expe-

riência de pesquisa com um grupo de estudantes participantes do programa Jovem Aprendiz. “Acompanhamos um grupo de jovens de 14 a 17 anos participantes do programa por mais cinco anos após o final do contrato de trabalho, e chegamos a conclusões pouco óbvias à primeira vista”, diz. A primeira delas foi de que esses estudantes tiveram 8% mais chance de obter um contrato formal depois da experiência em comparação a um grupo de controle que não participou do programa. “Por outro lado, os ex-aprendizes passavam menos tempo empregados, o que na nossa interpretação se explica pelo fato de eles terem ficado mais seletivos e buscarem melhores condições de trabalho, como em geral possuíam no período de aprendiz, em empresas maiores”, conta Corseuil, completando ainda que a escolaridade desse grupo também foi maior do que a do grupo de controle, demonstrando a percepção adquirida pelos ex-aprendizes do valor da educação.

52% dos jovens com idade entre 15 e 29 anos estão em risco de desengajamento

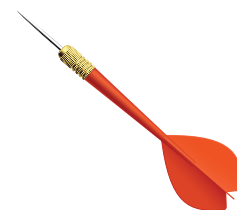
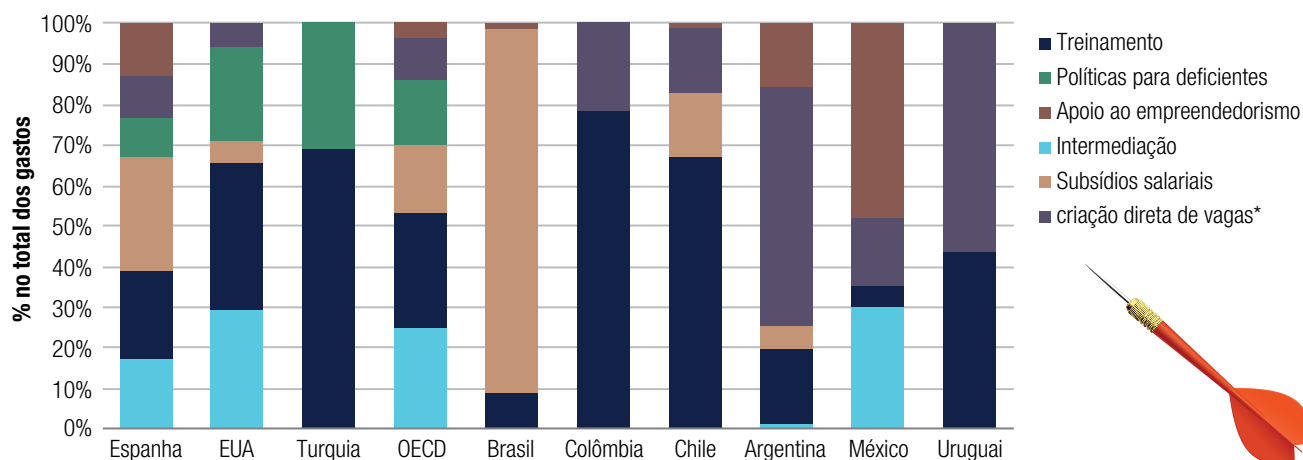


Fonte: WBG com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004 a 2015.
Nota: Em razão do Censo Demográfico, não realizou-se a PNAD em 2010.

Para Corseuil, o programa Jovem Aprendiz, obrigatório para empresas de médio e grande porte, que devem preencher entre 5% e 10% de seu quadro de funcionários com aprendizes de 14 a 24 anos, em contratos de até dois anos, é uma iniciativa positiva frente à di-

ficuldade muitas vezes percebida de ingresso no mercado de trabalho, principalmente no setor formal. “Há evidências de que ter o setor informal como porta de entrada ao mercado de trabalho pode prejudicar toda a trajetória profissional de um jovem, pois dificulta que acu-

No Brasil, predominam políticas de emprego passivas



Fonte: Banco Mundial Brazil Public Expenditure Review 2017, análise da equipe de Labor Programs do Banco Mundial a partir da base de dados BOOST em nível federal, com base em dados do SIOF Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, para SPL Program Inventory.

mule qualificações para concorrer a um emprego melhor no futuro”, diz Corseuil.

Mesmo sendo obrigatório, entretanto, hoje o programa só consegue preencher um terço das potenciais vagas, ou cerca de 300 mil ao ano, para um potencial que supera os 900 mil. Problema na oferta ou na demanda? “Os empresários com os quais pudemos conversar alegam a falta de cursos para treinamento na área em que desejam colocar o aprendiz, bem como a falta de casamento entre o período do curso e o do contrato que pretendem oferecer, que, pelas regras,

precisam coincidir”, conta o pesquisador, indicando a necessidade de se observar a compatibilidade da oferta de ensino técnico com a demanda do setor produtivo, bem como a possibilidade de não se penalizar a empresa que deseja efetivar um aprendiz que demonstrou bom desempenho. “Hoje a probabilidade é baixa desses jovens continuarem na empresa em que fizeram o programa, já que sua contratação, além de não ser descontada da cota, poderá em alguns casos representar a obrigatoriedade de contratação de mais aprendizes, já que o cálculo é feito com base no

percentual de funcionários. Talvez se pudesse criar um período de carência para esses casos”, diz.

Para estimular a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal e mais produtivo, o relatório do Banco Mundial também aponta a necessidade de maior flexibilização dos contratos de trabalho, em parte contemplada na reforma trabalhista. E, entre outras sugestões, defende a reformulação das políticas sociais classificadas como programas “passivos” de apoio à renda – entre eles, o abono salarial, o FGTS e o seguro-desemprego –, para concentrar mais

Foto: Juliana Braga Machado



“Uma abertura comercial serviria de âncora para a continuidade das reformas”

Mark Dutz

Economista do Banco Mundial

Conjuntura Econômica – Quais são os pontos mais sensíveis para o aumento da produtividade brasileira identificados pelo Banco Mundial?

Mencionamos algumas reformas feitas recentemente como importantes para o crescimento da produtividade brasileira, como a TLP, o portal único de comércio exterior (Siscomex), o fim do Inovar-Auto. Mas se o país realmente quiser mais ganhos de produtividade,

terá que considerar algumas prioridades adicionais. No documento, enfatizamos a necessidade de se aumentar a concorrência, pois consideramos que esta é o estímulo mais importante para que as empresas invistam em aumento da produtividade, em inovação. Sem concorrência, vemos que os empreendedores, ao invés de alocar seu talento para melhor responder às necessidades do mercado, se concentram em pedir

privilégios para o governo. Isso não serve à sociedade como um todo. Já a concorrência pode gerar preços mais baixos, além de um sistema mais íntegro, em que ao invés de o governo decidir quem se beneficiará, será o mercado quem decidirá, a partir do esforço dos empreendedores em buscar melhor qualidade, preço, novos produtos. Consideramos que a reforma mais importante nesse sentido seria promover

recursos em programas voltados a serviços de intermediação e capacitação para o emprego. “Quando pensamos no mercado de trabalho para esses jovens, identificamos que é muito melhor focar na colocação destes do que na manutenção de programas como o abono salarial e o salário-família, que só ajudam a quem tem emprego”, diz Mark Dutz, economista do Banco Mundial.

Esse ponto, entretanto, ainda gera controvérsias entre os economistas. “É fato que temos um problema sério com o orçamento do FAT, que é o grande financiador de políticas de

emprego, e que tem minguado. Várias possibilidades, de difícil operacionalização por depender de emendas constitucionais, e a conversa acabou se encaminhando para as frentes que provocassem menos transtornos políticos”, lembra Corseuil. Para o pesquisador do Ipea, entretanto, antes de bater o martelo em reformas desses programas, o mais adequado seria investir em formas eficientes para medir o desempenho das atuais políticas de formação, como o Pronatec. “Do pouco de política ativa que hoje temos, carecemos de avaliação de desempenho. Com recursos escas-

os, o melhor seria primeiro garantir que estamos gastando bem”, diz.

O diagnóstico é corroborado por Roberto Ellery, da UnB. “É fato que somos ruins em política de incentivo ao trabalho, mas minha avaliação é de que esse não é o foco mais urgente da agenda de produtividade”, diz Ellery. “Para o caso desses programas, o necessário agora é inseri-los no esforço de criação de uma cultura de avaliação de política pública, para efetivamente identificar quais são as boas políticas que temos que fazer prosperar”, conclui. ▼

a abertura comercial, para que o Brasil possa se beneficiar e aprender com o restante do mundo através de novos acordos comerciais preferenciais.

O pesquisador da FGV IBRE Fernando Veloso destaca que, nas últimas décadas, não faltaram esforços pontuais visando ao aumento de produtividade no Brasil, mas estes foram abafados pela criação de novas distorções, minando os ganhos de produtividade. O que considera importante ao país para evitar que novas reformas sigam o mesmo destino?

Quando enfatizamos a necessidade de liberalização é porque consideramos que uma abertura comercial poderia servir como âncora para a continuidade das reformas. Um plano de abertura gradual, mas efetivo, num espaço de cinco a dez anos permitiria aproveitar esse período para promover um processo de integração interna, focando em ganhos de competitividade das empresas domésticas, para que

sejam capazes de se beneficiar dessa abertura. Considero que esse compromisso ajudaria a manter o foco na realização de reformas, dentro de um prazo adequado. E caminhar na direção de um crescimento inclusivo. Perseverar nas reformas é a única forma de o Brasil retomar os avanços sociais que têm conquistado.

Ao apontar a necessidade de revisão de políticas de subsídios, o relatório inclui o Simples, voltado a pequenas empresas, entre as políticas de alto custo fiscal e baixo resultado. Simples e MEI (Microempreendedor Individual) abarcam hoje mais de 12 milhões de negócios. Como reformar um sistema desse porte sem causar impacto negativo?

Depois da abertura de mercados, a reforma tributária sem dúvida é a mais importante para aumentar a produtividade da economia brasileira. Para a produtividade e, claro, para o equilíbrio fiscal. A experiência de ou-

tros países com reformas tão difíceis quanto a do Simples é a de que essa é uma mudança que tem que ser feita dentro do contexto de uma reforma tributária abrangente. Ou seja, trabalhar com todas as despesas tributárias que não são eficientes, e com a simplificação do sistema para todos, com taxas mais baixas para todos, o que tornaria o Simples desnecessário.

O relatório do Banco Mundial também sugere reformas em políticas assistenciais como o abono salarial e o FGTS. Como envolver a sociedade em uma agenda tão impopular?

Acho que o melhor exemplo nesse caso que dá é o Nobel de Economia Joseph Stiglitz, que cita o caso de países nórdicos que construíram um modelo focado em ajudar jovens e trabalhadores que precisavam se adaptar a novas demandas do mercado. É preciso demonstrar que a ideia não é desmontar um sistema de apoio, mas transformá-lo em algo melhor. (S.M.) ▼